

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 12 • 1993

DIRECTOR
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Brasão da casa dos Marquesses de Távora

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Fotolitos e impressão da capa: Joerna - Artes Gráficas

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 10 de Dezembro de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN 0871-7486

ISBN 972-8081-16-2

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 - P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: 796 97 13

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º - P 1200 Lisboa
Serviços Comerciais: Av. Júlio Dinis, 6C-4º D

Telefone: 795 51 40 • Fax: 796 97 13

Pierre Bourdieu e o Problema da Verdade (a propósito da publicação de *Réponses*)

José Subtil

Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Viana do Castelo

«La séparation de la sociologie et de l'histoire me paraît désastreuse et totalement dépourvue de justification épistémologique: toute sociologie doit être historique et toute histoire sociologique»

Pierre Bourdieu (*Réponses*, 1992)

Nos últimos 35 anos¹ Pierre Bourdieu publicou cerca de 150 trabalhos (entre livros e artigos) dos quais 25 foram em parceria com alguns dos seus colaboradores. A sua obra abrange diversos temas e tem provocado vivas polémicas, sobretudo pelo que suscita de inovação e reflexão no complexo domínio científico das ciências sociais. Um dos seus leitores mais atentos, Loïc Wacquant, diz-nos que o convite para pensar com Pierre Bourdieu é o convite para pensar fora de Bourdieu e contra ele todas as vezes que for necessário. Este pequeno texto tem por finalidade convocar os leitores para uma introdução ao pensamento de P. B. e, eventualmente, constituir-se em convite para o seu aprofundamento, tanto teórico como da prática científica².

I. A Posição Epistemológica

Pierre Bourdieu recusa discutir as questões científicas no interior da oposição entre racionalismo e empirismo, o que, no seu entender, fecha o debate numa opção de dualismos cómodos e simplistas que são constantemente restaurados pela pedagogia para apresentar, com aparente clareza, a complexidade do pensamento e da realidade social. Para P. B. a história da epistemologia científica tem sido a história da alternância entre as chamadas filosofias do «sujeito» e do «não sujeito». Nos últimos anos, a geração do após-guerra fez triunfar a filosofia do sujeito (Sartre, Aron) mas, a partir dos anos 60, a alternativa passou, sobretudo, para os estruturalismos (Foucault) para, na última década, assistirmos, de novo, a um regresso às teorias das «imagens» e das «representações». Como teremos ocasião de referir, P. B. esforça-se por desencorajar o debate retórico e estéril realizado em torno de antinomias dicotómicas (análise simbólica/análise material; conhecimento subjectivo/conheci-

mento objectivo; teoria/investigação; estrutura/agente, etc.), o que, no fundo, é a recusa pela diferenciação entre uma física objectivista das estruturas materiais e uma fenomenologia construtivista das formas cognitivas.

Pierre Bourdieu começa por admitir a *doxa* de que o mundo social não é composto de estruturas nem de indivíduos mas sim de *relações sociais objectivas*, portanto, independentes da consciência ou da vontade dos sujeitos (Marx). Mas,, sendo o conhecimento produzido por indivíduos que são, também, o produto dessas relações, a prática científica necessita de uma desconstrução não para negar a possibilidade do progresso científico mas para o autonomizar. Esta reflexividade não pode englobar, apenas, um *strip tease* intelectual e social do sujeito mas uma objectivação do sujeito objectivante, a denúncia crítica do campo científico e a *communis doctorum opinio*³. Não é suficiente, portanto, procurar no sujeito as condições da possibilidade e dos limites do conhecimento mas sim, também, levantar as condições sociais das possibilidades do sujeito se objectivar e os limites possíveis dos seus actos de objectivação. Praticar a dúvida do conhecimento é para P. B. não um mero acto intelectual mas, sobretudo, um acto social que liberta o sujeito para dominar as condições da sua produção científica em lugar de proporcionar a adesão a propósitos de vigilâncias epistemológicas cínicas ou mesmo a exibições narcísicas dos constrangimentos dos sujeitos.

A configuração dominante da oposição entre teoria e metodologia, a primeira expressa nas propostas ecléticas de Parsons (no dizer de P. B. uma espécie de *melting pot* dos melhores conceitos de Durkeim, Pareto e Weber) ou do neofuncionalismo de Jeffrey Alexander e, a segunda, marcada pelas receitas metodológicas de Lazarsfeld (a que se pode juntar Merton e as teorias de médio alcance) constituíram um *holding* científico socialmente muito poderoso que reinou praticamente nos últimos 30 anos. Pierre Bourdieu admite, pelo contrário, que a teoria e a metodologia são dois momentos da investigação, uma dupla leitura da realidade social. Numa primeira (objectivação de primeira ordem) as estruturas sociais são medidas e cartografadas, isto é, observadas materialmente e, numa segunda (objectivação de segunda ordem), deve proceder-se à crítica do reducionismo da *evidência* empírica com o recurso a uma praxeologia social transformando, assim, estas duas leituras em dois momentos da investigação, interligados e interdependentes, em lugar de os tomar como antagónicos ou alternativos na linha, aliás, do pensamento de Marx, Piaget, Lévi-Strauss e Jackobson.

II. O Sistema Teórico

Para Pierre Bourdieu a teoria não pode ser um discurso profético mas um programa de percepção e acção, um *habitus* científico que se desenvolve e realiza ao longo do trabalho, ou seja, um *modus operandi* que guia a investigação. Os conceitos nucleares da sua teoria são os de *campo*, *habitus*, *capital* e *illusio*. Qualquer destes conceitos só ganha, porém, consistência, inserido no sistema teórico e pensado em termos relacionais. Vejamos como se articulam entre si e com a realidade social.

Como já o dissemos, para Pierre Bourdieu a sociedade não é formada por um conjunto de unidades socialmente possíveis de serem delimitadas ou hierarquizadas (por exemplo, classes ou grupos), mas sim por espaços sociais estruturados nos quais determinados agentes sociais (ou instituições) lutam em função das posições que ocupam nesse mesmo espaço e da que desejariam vir a ocupar. O campo é, deste modo, um espaço formado à custa de conflitos e de concorrências entre os diversos agentes (à semelhança de um campo de batalha) mas, também, um sistema de forças objectivas que sustentam essa mesma conflitualidade (à semelhança de um campo magnético). O conceito de campo serve, por conseguinte, para delimitar as estruturas e para as definir não em termos de determinar a função e o papel dos agentes mas, outrossim, para se poder entender até onde pode chegar o alcance da luta dos agentes sociais. O comportamento e a estratégia destes agentes são condicionados pelo *habitus* que constitui um mecanismo estruturante que opera no interior dos agentes, portanto produto de interiorização das estruturas externas mas, também, estruturado pela experiência acumulada do agente.

O *habitus* como estrutura estruturante e estruturada funda-se, deste modo, numa dupla historicidade uma vez que radica na socialização (processo ontogenético) e no trabalho histórico de várias gerações (processo filogenético). Deste modo, a teoria da temporalidade de P. B. procura fugir, por um lado, à visão metafísica em que o tempo é tratado como entidade independente dos agentes e, por outro lado, à filosofia da consciência, atemporal e assente no desempenho dos agentes. O *habitus* é, assim, uma subjectividade socializada formada por esquemas duráveis mas transformáveis de percepção, apreciação e acção. O campo estrutura o *habitus* mas o *habitus* contribui para que o campo seja um mundo significativo dotado de sentido e valor e no qual vale a pena lutar reconhecendo os efeitos que as estruturas têm nos agentes mas sem eliminar a capacidade de intervenção dos mesmos. E, tal como o campo, o *habitus* não é determinista mas potencialmente tendencial embora o expoente de criatividade dos agentes esteja limitado pelos contornos estruturais das interiorizações estruturantes, o que significa afirmar que há limites, probabilidades possíveis de invenção: «O mundo produziu-me porque me deu categorias que eu lhes aplico». Os agentes comportam-se no interior dos campos condicionados, também, pelos capitais que possuem e pela *illusio* que criam sobre a luta que travam, isto é, das suas expectativas compensatórias. É pela noção de *illusio* (interesse) que se compreende a obediência dos agentes, o empenho na luta e a própria legitimidade que emprestam à lógica de funcionamento do campo. A definição da *illusio* não é, porém, meramente teórica (transhistórica). Só pode ser conhecida através da análise histórica uma vez que é específica à lógica de cada campo. As diferentes espécies de capital que os agentes possuem (económico, cultural, social e simbólico) são tanto mais eficientes quanto maior for a taxa de acumulação e o índice de *performance* ajustados às regras da luta no interior do campo (o capital cultural tem, por exemplo, pouca eficácia na luta do campo comercial).

Pierre Bourdieu utiliza a imagem sugestiva de um jogo para divulgar a sua teoria. Desde logo, o jogo só é possível porque os jogadores não se opõem feroz-

mente mas acordam nas expectativas dos seus resultados e na crença (*doxa*) de poderem vir a obter o melhor resultado possível e este é, de facto, o princípio da competição, da luta e da legitimidade do jogo. Cada jogador dispõe de certos trunfos cujo poder varia de jogo para jogo e que são, justamente, os diversos tipos de capital que possuem, se bem que algumas cartas sejam sempre eficientes em qualquer jogo, mas o «naípe», evidentemente, é que varia (exemplo: o ás, os trunfos e o conjunto do baralho de cada jogador). Estas formas de capital permitirão ao agente exercer poder na luta desencadeada em cada campo e determinarão o alcance da sua força de intervenção. As posições dos agentes e a arquitectura das suas estratégias não são, assim, definidas por vontade própria mas pela potencialidade dos seus trunfos e pelo volume global dos seus capitais. Esta configuração não é, porém, uma configuração sistémica na medida em que P. B. introduz na luta e na competição a noção de tempo. A historicidade do campo pode, deste modo, alterar o valor e a natureza dos capitais uma vez que os agentes podem operar mudanças quer na aquisição de novos capitais quer no aumento do volume dos que já possuem ou, ainda, trabalharem para mudar as regras do jogo desacreditando o tipo de capital em que repousa o poder dos seus adversários valorizando, em contrapartida, os capitais que adquiriram (um bom exemplo é o da luta nos finais do Antigo Regime entre o capital jurídico e o capital político, entre a magistratura e os administrativos)⁴.

Ao contrário do estruturalismo, para quem o motor do funcionamento são as determinações estruturais, e ao contrário, também, do individualismo que acentua o efeito estruturante da acção dos indivíduos, na teoria de P. B. o campo é um espaço de efeitos sociais cujas alavancas de *funcionamento e de mudança* repousam nas lutas que os agentes (ou instituições) travam para melhorarem posições e imporem o princípio de hierarquização mais favorável à natureza dos capitais que possuem. Esta luta é relacional (por isso P. B. não fala de indivíduos como unidades); é limitada mas não determinada (as estruturas estruturantes do *habitus* não esmagam o comportamento e a estratégia dos agentes); os capitais podem ser acumulados, valorizados ou desvalorizados e a *illusio* alterada pela e na luta, o que introduz, portanto, a possibilidade de mudança e transformação histórica: «Os agentes sociais não são partículas determinadas por causas externas nem nómadas guiados por razões internas executando um programa de acção. São, antes, produto da história do campo social e da experiência acumulada». E mesmo que se admita que existem limites para o investimento, a criatividade e o modo de produção de capitais, a teoria de P. B. demarca-se das noções de aparelho (Althusser) ou de sistema (mesmo na mais recente versão autopoietica de Luhmann)⁵. No entanto, P. B. admite que um campo, em estado patológico, possa adquirir uma configuração de aparelho ou de instituição total (Goffman) quando deixou, precisamente, de ter história, ou seja quando o jogo se faz exclusivamente de cima para baixo (é o exemplo das prisões, asilos e partidos políticos totalitários).

III. A Reflexividade Epistemológica

Como vimos, a teoria de Pierre Bourdieu só ganha consistência na relação com a realidade social objectiva. Não sendo assumida como representação ou ilusão, rejeita, também, o metodologismo, isto é, a tendência para tomar o método pelo método conduzindo o investigador à resistência da *evidência* objectiva do empírico. A produção de dados não pode dissociar-se da própria construção teórica do objecto de investigação e da escolha dos instrumentos de pesquisa, uma vez que constitui uma relação pragmática entre a teoria e a investigação: a investigação sem teoria é cega mas a teoria sem investigação é oca e sem sentido. A relação entre ambas não pode, porém, realizar-se no domínio da retórica mas, apenas, no plano da prática científica. E, portanto, na capacidade de apreender a investigação como um empreendimento racional que deve ser apresentada uma investigação. A sua exposição deve ser o contrário da exibição de dados e da eloquência retórica pela qual procuramos fazer acreditar os outros naquilo que lhes mostramos. O mais importante nesta exposição deve ser a explicação do modo como construímos o objecto da investigação ao longo da própria prática da investigação. Esta construção deve ser resultado, portanto, de um programa de acção e não de uma decisão tomada à partida como se tratasse de uma espécie de acto inaugural da teoria. Deste modo, a construção do objecto é um processo feito de muitas correcções e, por muitas vezes, inspirado por pequenos detalhes e por princípios orientadores da investigação. Por exemplo, a noção de campo irá comandar, apenas, as escolhas práticas da investigação mas os seus resultados é que conformarão os limites e a natureza do próprio campo. Num primeiro momento, será necessário analisar a posição do campo em relação ao campo do poder; num segundo, estabelecer as estruturas objectivas das relações entre as posições ocupadas por agentes ou instituições em luta no campo; e, num terceiro, analisar os *habitus* dos agentes. Mas construir o campo é proceder, também, ao levantamento das suas propriedades, o que se consegue através da caracterização do *direito de entrada* no mesmo campo, do tipo de capital necessário para poder participar na sua luta. Para conhecer este tipo de capital é necessário conhecer, ao mesmo tempo, a lógica de funcionamento do campo, o que nos obriga a trabalhar num ciclo hermenêutico que permite desenhar os limites destes espaços sociais onde, efectivamente, se fazem sentir os efeitos dos respectivos capitais⁶.

Estas propostas teóricas e o tipo de *objectivação* que as suportam fundamentam-se na exploração sistemática das categorias dos pensamentos «impensados» que delimitam o «pensável» e predeterminam o «pensado». Esta postura significa submeter a exame crítico não apenas o inconsciente individual e os condicionamentos sócio-políticos do investigador (como autor) mas, também, o inconsciente científico formado pelas teorias, problemas, categorias de entendimento e o próprio campo científico como campo de poder. Esta reflexividade é um trabalho de *objectivação do sujeito objectivante* não apenas, portanto, como autor mas como ocupante de uma posição no campo científico. Deverá abranger, fundamentalmente, o seguinte: a) a origem das coordenadas pessoais do investigador; b) o microcosmos do campo

científico a que pertence; c) a tomada de posição intelectual que o leva a procurar soluções para determinados problemas ou a interpretá-los desta e não daquela maneira. Esta reflexividade pouco ou nada tem a ver com os problemas postos pelo racionalismo cartesiano modernista ou o relativismo da desconstrução pós-modernista onde pululam múltiplas retóricas, na maioria das vezes enfáticas. A *objectivação* de P. B. procura historizar a razão sem a dissolver; fundamentar a ideia de que o saber deve ser desconstruído; de que as categorias intelectuais são instrumentos de poder simbólico; mas, também, de que é possível reconhecer e distinguir a política da ciência (o saber), da política da sociedade (o poder) defendendo, por conseguinte, a autonomia histórica do campo científico. A sua *socioanálise* pretende, pois, pôr a descoberto o «inconsciente social» inscrito nas instituições para servir de instrumento de libertação da prática científica. A sua proposta é libertar os intelectuais da ilusão da ilusão e não, apenas, da ilusão de não terem ilusão. A *objectivação* do sujeito objectivante significa que eu posso ser objectivado na medida em que analise as categorias às quais pertenço: «Falando de mim e sobre mim eu digo a verdade aos outros, por procuração».

¹ Entre 1958, com a publicação de *Sociologie de l'Algérie* (PUF), e 1993, com *La misère du monde* (Seuil).

² As propostas de trabalho e reflexão a que nos referimos no presente artigo foram, fundamentalmente, retiradas de *Réponses* (Seuil, 1992). Trata-se de uma publicação com organização das perguntas e temas, introdução e notas de Loïc J. D. Wacquant, um dos leitores mais atentos e conhecedores da obra e da crítica a Pierre Bourdieu. Esta edição aparece num momento particularmente importante do trabalho de P. B., precisamente entre duas das suas mais notáveis obras: *La noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps* (Minuit, 1989) e *La misère du monde* (Seuil, 1993). De referir que *Réponses* é composto por diálogos travados com P. B., o que facilita o entendimento do seu sistema teórico uma vez que obriga o entrevistado a reagir às tensões das perguntas, possibilitando ao leitor dar-se conta da forma e do processo pelo qual P. B. organiza mentalmente as suas categorias intelectuais. As transcrições destes diálogos foram baseadas em respostas que P. B. deu no *Graduate Workshop on Pierre Bourdieu* (Universidade de Chicago, 1987/88) e no seminário de Outubro de 1987 na *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (tradução em português no capítulo II de *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989).

³ A sociologia de Pierre Bourdieu difere da do passado e presente porque volta contra ela as armas que produz. Adoptar a reflexividade de P. B. é trabalhar para dar conta do sujeito empírico nos termos da objectividade construída pelo sujeito científico e, ao mesmo tempo, tomar consciência das contradições que se exercem sobre e no campo científico.

⁴ Para Pierre Bourdieu o Estado é um conjunto de campos onde se desenvolvem lutas tendo por objectivo o monopólio da violência simbólica legítima, exercida através das leis, regulamentos e medidas administrativas, isto é, através da política. Sendo o Estado, portanto, uma luta pela concentração de diferentes espécies de capitais, o campo estadual é uma espécie de metacapital.

⁵ No que respeita à análise sistémica, Pierre Bourdieu diz que o que há de comum com a sua teoria é, apenas, a semelhança entre autonomia e auto-referencialidade, já que no restante as diferenças são radicais. A noção de campo exclui o funcionalismo e o

organicismo incompatíveis com a noção de luta relacional visando a mudança e a transformação. Por outro lado, o campo não é formado por componentes dado que é um espaço de luta aberto cujos limites são dinâmicos e não fronteiras. Relativamente à segunda geração da teoria dos sistemas, nomeadamente a *network analysis* de Luhmann (ver a respeito da evolução teórica sistémica, Jean-Louis Vullierme, *Le concept de système politique*, Paris, PUF, 1989, ou Yves Barel, *Le paradoxe et le système*, Paris, PUF, 1989). Pierre Bourdieu critica o facto de este tipo de análise esquecer as relações entre os agentes e o efeito das suas manifestações.

- ⁶ Pierre Bourdieu trabalha, presentemente, na elaboração de uma «teoria geral dos campos» admitindo que é possível detectar propriedades gerais válidas como regras em todos os campos, o que permitirá formalizar o trabalho empírico a um nível mais geral.